



*Pular o muro:
rumo às negociações com as empresas de
educação superior*

Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-Sp)

novembro, 2015

O ensino superior privado deve ser o setor econômico que mais se amplia no Brasil. É uma expansão que vem acompanhada de um processo de concentração de capital como não se vê na mesma medida em outros segmentos da economia do país.

As causas desse fenômeno, cujas dimensões podem ser sintetizadas como uma convergência do **crescimento horizontal** (*número de matrículas e expansão física pelo território nacional*) com o **crescimento vertical** (*fusões de empresas e concentração de capital*), são muitas e são inúmeros os estudos que procuram interpretá-las, mas é razoável supor que o ensino superior privado reproduz em sua dinâmica econômica uma característica da forma como se dá entre nós a expansão modernizadora do capitalismo, isto é, uma forte intensidade nos processos de acumulação de capital que “queima” etapas do desenvolvimento, e, ao mesmo tempo, cria uma sociabilidade conservadora que carrega consigo as marcas do atraso da nossa condição periférica e dependente. Em outras palavras, um crescimento econômico que anda lado a lado com o déficit estrutural que determina os desníveis da sociedade brasileira.

No caso do ensino superior privado, um exemplo dessa dicotomia parece-nos suficiente para atestar sua natureza contraditória.

O processo de fusões de empresas de educação superior se transformou em tendência a partir de 2005 (com a compra da *Anhembí-Morumbi* pelo grupo *Laureate*). Entre 2005 e 2013 foram 27 transações desse tipo, que movimentaram a soma de R\$ 11 bilhões¹. O ponto alto desse movimento concentracionário - cujos efeitos pretendemos analisar adiante - foi a fusão do grupo *Kroton (Advent)* com a *Anhanguera (Pátria)* em 2013 da qual resultou a formação do maior empreendimento de educação superior privada do mundo com um valor de mercado de R\$ 12 bilhões em 2013, uma

¹ Fonte: *As aquisições e fusões no ensino superior privado*. Tarcio Luiz Pereira e Silvia Helena Andrade de Brito (UFMS). Texto disponível em http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/TarcisioLuizPereira_GT2_integral.pdf

soma que supera os valores de todo o período anterior², fato suficiente para indicar a potência adquirida pelo processo: até 2013 ocorreram 180 fusões que modificaram por completo o cenário em que operam as empresas que atuam na área universitária.



Empresas de ensino superior reúnem duas fontes de poder: a da expansão territorial e social e a da concentração econômica: mais unidades, maior número de matrículas e, ao mesmo tempo, maior concentração de capital. São tendências que espalham seus efeitos por todo o segmento da universidade privada (gráfico: Sofia/Lidiane)

MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR			
ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	% NA UNIVERSIDADE PÚBLICA	% NA UNIVERSIDADE PRIVADA
2003	3.936.933	30%	70%
2013	7.305.977	26,5%	73,5%

Fonte: O sonho do diploma (Uol), disponível em <http://educacao.uol.com.br/especiais/o-sonho-do-diploma.htm#album/4>

Pois bem: esse êxtase empresarial do segmento, no entanto, embora tenha ocorrido no período de consolidação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, quando o papel regulador da CAPES obteve reconhecimento internacional, não conseguiu produzir nem pesquisas de relevância social, nem periódicos científicos qualificados, nem formações graduadas que atendessem a setores estratégicos em diversas áreas (medicina e

² Concentração no ensino privado. *O Estado de S. Paulo*, 25 de abril de 2013. Texto disponível em <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,concentracao-do-ensino-privado-imp-,1025241>

engenharia, por exemplo) nem cursos de graduação com expressão nos exames do ENADE, muito menos transformou em política prioritária a qualificação do trabalho docente, sua valorização acadêmica ou didático-pedagógica. É claro que não é esta a questão central que nos ocupa aqui, mas a **disfunção do gigantismo privado no ensino superior brasileiro traduz-se no empobrecimento intelectual da Universidade com efeitos nocivos para todas as suas formações graduadas, pós-graduadas e especializadas**, um processo que faz os analistas da área temerem por sua alienação e esquizofrenia já que essas empresas não conseguem dar conta da própria natureza de suas atividades, sendo sistematicamente ultrapassadas em todas as mensurações pela universidade pública como comprovam até mesmo os ranqueamentos de órgãos abertamente entusiastas da privatização do ensino³.

O paradoxo apontado acima - *a contradição entre a concentração do capital e a marginalidade acadêmica* - serve para nos conduzir a um olhar sobre as causas desse processo. Afinal, que fenômeno é esse que permitiu que uma sociedade soberana, em plena vigência do regime democrático, na última década e meia governada por lideranças com forte compromisso social, que teve nos projetos educacionais progressistas um dos pontos fundamentais de sua pauta e história, acabasse como refém da pauperização da Universidade, uma das instituições fundamentais em qualquer projeto estratégico de desenvolvimento?

Podemos pensar em **duas causas** que nos parecem fundamentais: a primeira é a que decorre do **modelo de crescimento econômico neoliberal que o país adotou, simultaneamente ao processo político conciliador que marcou a passagem do regime militar para a democracia**: o enxugamento do *Estado do Bem-Estar Social*, a prevalência do interesse privado sobre o interesse público - uma operação que para o pensamento conservador deveria otimizar os fatores de produção - parece-nos estar na raiz do

³ É expressivo nesse sentido o cenário desenhado pelo *ranking* do jornal *Folha de S. Paulo* em setembro de 2015: a hegemonia absoluta das universidades federais entre as 50 principais instituições do país (disponível em <http://rnf.folha.uol.com.br/2015/ranking-de-universidades/>).

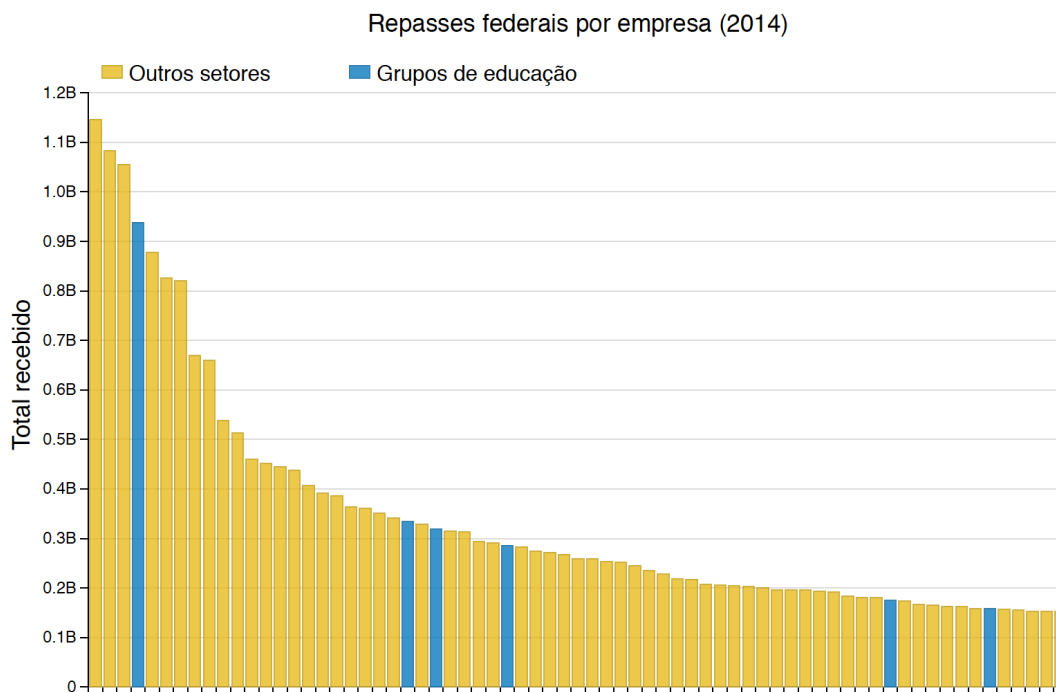
abandono da universidade pública e da **ocupação, pelo capital, do espaço vazio que esse abandono criou**. Data das gestões do então ministro Paulo Renato de Souza, na época dos governos FHC, a explosão de cursos isolados, a fundação de Centros Universitários e o credenciamento de novas universidades particulares de forma descontrolada, sem que os instrumentos de Estado fossem capazes de cumprir o papel regulador que lhes era reservado na própria legislação federal. Em nome da expansão do número de vagas para atender à demanda social sem o ônus do investimento público, cometeu-se um crime de efeitos geracionais no Brasil: dificilmente essa anomalia decorrente de uma expansão sem projeto poderá ser corrigida a médio prazo.

A **segunda** causa surge da dimensão política que a expansão privada do ensino superior adquiriu, especialmente em face da disposição governamental, a partir de 2003, em adotar programas de impacto social sem qualquer alteração das causas estruturais das nossas mais graves deficiências⁴. Ao apoiar - ou fazer vistas grossas - para a expansão descontrolada das empresas privadas de educação superior e acenar com programas de subsídios indiretos que as remunerassem pela concessão de bolsas de estudo - inicialmente o Fies e depois o Prouni - **o governo federal acabou reafirmando um modelo de ensino superior que criou as condições para a sua expansão mercantil tanto pela transferência de recursos públicos para seus processos de acumulação capitalista, como pela legitimação simbólica, cultural e ideológica que sua expansão física e territorial recebeu**⁵. O próprio complexo midiático se encarregou de elevar esse

⁴ Referimo-nos aqui à tese de André Singer exposta no livro *Os sentidos do Lulismo: a revolução pacífica decorrente da acomodação e conciliação dos interesses de classe*.

⁵ A mobilidade social traduzida em ampliação de padrões de consumo dissociada da aquisição de bens culturais correspondentes fez emergir uma visão individualista, utilitarista e competitiva do ensino universitário - perspectiva para a qual as empresas do setor mostraram-se amplamente qualificadas. Pesquisa realizada pelo DATA POPULAR dá conta de que 89% dos indivíduos pertencentes à classe média atribuem ao seu exclusivo esforço pessoal a melhoria do seu padrão de vida, de onde se explica a identidade entre a demanda social por ensino e os apelos de natureza consumidora das campanhas publicitárias das empresas de educação. Forma-se assim um complexo que não é só empresarial, mas ideológico. Nesse sentido, o mesmo DATA POPULAR apresenta dois registros que merecem atenção: 1) a expansão generalizada da escolaridade não tem sido acompanhada de maior letramento: com exceção da Bíblia, 70% dos brasileiros continuam não tendo acesso à leitura; 2) em que pese esse empobrecimento cultural que ocorre simultaneamente à expansão do ensino privado, 8 em cada 10 entrevistados na pesquisa *Percepção dos Brasileiros* (também divulgada pelo DATA POPULAR) acham que uma faculdade tem como principal função permitir uma melhor colocação no mercado de trabalho e acreditam que a escola privada - e não a pública - é o melhor caminho para isso.

processo à condição de virtude da iniciativa privada no ensino, não faltando em publicações de forte presença no pensamento conservador brasileiro uma verdadeira apologia à concentração financeira do setor⁶.



Pela isenção fiscal, no caso do Prouni, ou pelo financiamento direto, no caso do Fies, as empresas de educação superior têm sido irrigadas com recursos públicos que as consolidam como um segmento privilegiado da economia brasileira. Como o jornal *O Estado de S. Paulo* afirma na matéria de onde foi retirado o gráfico acima, “12 mantenedoras do grupo Kroton-Anhanguera receberam juntas mais de R\$ 12 bilhões - o dobro da Embraer (...) e da Odebrecht. (...) Em 2010, não havia nenhuma empresa de educação entre as 70 que mais recebiam do governo federal. Já no ano passado, sete empresas figuram nessa lista milionária”⁷.

⁶ É o caso da matéria publicada pela revista *Veja*: *Concentração é a tendência entre universidades privadas. E isso pode ser bom*. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/concentracao-e-a-tendencia-entre-universidades-privadas-e-isso-pode-ser-bom/>.

⁷ O Estado de S. Paulo, 4/3/15. Disponível em <http://linkis.com/23gJc>.

A sobre-exploração direta e indireta do trabalho dos professores e dos auxiliares: a acumulação dinâmica do ensino superior privado

A concentração econômica em qualquer área traz consigo malefícios indiscutíveis porque seu impacto tem um efeito desorganizador nas práticas sociais, da ordem política à organização produtiva, do trabalho à utilização de recursos naturais e técnicos. Na realidade, embora seu resultado aparente seja o da maximização em escala dos fatores de produção, em essência ela atua como inibidora da diversidade e da extensão da riqueza para o conjunto da sociedade. Uma boa síntese disso pode ser expressa na máxima segundo a qual *a concentração capitalista intensifica em limites extremos a transferência da riqueza social para a acumulação privada, provocando desníveis de distribuição da renda que afetam o próprio funcionamento do sistema*⁸. Não é por outro motivo que a tentativa de criação de organismos reguladores das práticas capitalistas e inibidores dos processos de concentração seja geralmente oriunda dos próprios países de capitalismo avançado - ainda que tais iniciativas não sejam capazes de impedir os piores resultados dessas tendências, entre elas o fato de que 1% da população mundial detenha hoje 50% da riqueza do planeta (*El País*, 17/10/15⁹) e a constatação de que apenas 28 bancos controlam a economia mundial (*Outras Palavras*, 22/09/15¹⁰).

No caso que nos interessa aqui, o processo de concentração das empresas de ensino superior chegou à cultura econômica do país pela porta dos fundos - não decorreu de uma crise sistêmica no setor ou de um processo histórico que tenha gerado concorrência, mas “de cima para baixo”, um fato que se impôs à realidade educacional do país de forma quase compulsória e de tal maneira desarticulador e selvagem que até mesmo correntes conservadoras do pensamento nacional advertem sobre os riscos que esse processo

⁸ É interessante a esse respeito observar a polêmica gerada pelas ideias do economista Tomás Piketty para quem a sobrevivência do capitalismo está vinculada à redução das desigualdades, tese compartilhada por economistas de formação não marxista e que levou Luiz Gonzaga Beluzzo a formular o aforismo tão literário quanto conceitual: “a pulsão de vida do capitalismo e a sua pulsão de morte: a acumulação” (disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5594&secao=449)

⁹ Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736_267255.html

¹⁰ Disponível em <http://outraspalavras.net/posts/os-28-bancos-que-controlam-o-dinheiro-do-mundo/>

representa. Nesta etapa do perfil concentracionário que essa dinâmica tem, números de estudo recente feito na Universidade Católica de Brasília¹¹, indicam que **apenas 3 redes de ensino conseguem ter nas suas mãos 25% das matrículas do setor privado**, fato que configura um processo de oligopolização que está na base da presença de empresas de educação na bolsa de valores e na sua transformação em atrativas para o capital estrangeiro. E o que é pior, como já foi dito, com uma inédita transferência de recursos públicos para o segmento empresarial, como atesta o escândalo em que se transformou o FIES neste ano de 2015¹².

No entanto, o que parece consolidar no setor do ensino superior privado garantia de solidez na acumulação - como de resto parece-nos uma decorrência estrutural do capitalismo - é a forma como se dá a **apropriação da riqueza gerada pelo uso intensivo da força de trabalho**. De acordo com Veiga dos Santos e Guimarães-Insif:

Ao adquirir uma instituição, uma das primeiras providências dos fundos de investimento é diminuir as despesas com pessoal. Marco Aurélio cita um exemplo dessa nova dinâmica, que ocorreu no final de 2011. A Anhanguera Educacional demitiu cerca de 600 professores paulistas que trabalhavam nas faculdades compradas (...) pela rede. Conforme denúncias feitas por professores, a companhia demitiu mestres e doutores para contratar especialistas, que recebem menos por hora/aula. Costa (2012) aponta que, entre o fim de 2011 e o início de 2012, aconteceram 1552 demissões só no estado de São Paulo pelo grupo Anhanguera após a compra de algumas instituições de ensino. No Rio de Janeiro, houve mais de 400 demissões pelo grupo Galileo após a fusão de duas instituições¹³.

Essa é uma breve referência a uma prática comum adotada pelos grandes grupos que atuam na área - com naturais efeitos para todo o conjunto pois que o “enxugamento” ou racionalização de custos de pessoal com base em políticas de reengenharia torna os professores reféns de um conceito equivocado de gestão empresarial numa área em que **o conceito**

¹¹ Fusões institucionais no ensino superior brasileiro: implicações no trabalho docente. Aline Veiga dos Santos e Ranilce Guimarães-Insif. Disponível em http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/AlineVeigadosSantos_res_int_GT2.pdf

¹² Gasto com Fies cresce 13 vezes e chega a 13,4 bi (<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,gasto-com-fies-cresce-13-vezes-e-chega-a-r-13-4-bi-mas-ritmo-de-matriculas-cai-imp-,1634714>)

¹³ Fusões institucionais no ensino superior brasileiro: implicações no trabalho docente. Aline Veiga dos Santos e Ranilce Guimarães-Insif. Disponível em http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/AlineVeigadosSantos_res_int_GT2.pdf

quantitativo da oferta de serviços traduz-se em paradigma da inserção “bem-sucedida” das empresas no mercado, quaisquer que sejam suas dimensões administrativas, até mesmo aquelas que procuram vincular suas marcas à condição de ilhas de excelência da formação dos estudantes alunos¹⁴.

No entanto, o paradoxo entre o discurso da propaganda e a prática (ou a distância entre o que é dito e o que é feito, de onde o conceito de *esquizofrenia* aplicado acima) é velho conhecido do movimento sindical dos professores das escolas privadas e não é segredo para ninguém que ele alimenta - na sobre-exploração direta e indireta da força de trabalho - toda a cadeia do processo de capitalização das empresas, mais do que aportes procedentes do mercado financeiro ou de recursos públicos.

Uma rápida amostra dos procedimentos dessas empresas em relação aos seus trabalhadores revela a distância que elas mantêm sobre as necessidades de modernização das relações de trabalho: salários e benefícios incompatíveis com o nível de responsabilidade social dos professores e auxiliares; exigências de natureza acadêmica que são inviabilizadas pelas rotinas da burocracia institucional, pelo excessivo número de alunos em sala de aula, pelas exigências de produção científica sem o correspondente estímulo para a titulação docente, planos de carreira que interditam a progressão efetiva do professor...

Certamente o cenário da exploração da mão de obra de professores e auxiliares é mais amplo, mas a partir desse primeiro indicativo das demandas efetivas e potenciais que as práticas empresariais geral é possível retirar dos exemplos disponíveis uma percepção geral: ao mesmo tempo em que se cerca de um aparato físico e gerencial marcado pela ostentação da

¹⁴ É curioso o comportamento ambivalente que essas empresas têm. Recentemente, o jornal *O Globo* inseriu numa de suas edições semanais encarte publicitário do *Ibmec* com a indicação de *Cinco boas práticas das universidades que impulsionam a carreira* (disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cinco-boas-praticas-das-universidades-que-impulsionam-carreira-17850726>). A primeira delas é a condição de que a instituição ofereça “corpo docente respeitável” - o que faz supor qualificação acadêmica e profissional de seus docentes e com a qual o anunciante constrói sua marca. Na prática, contudo, não é o que se verifica de forma extensiva no setor como pode atestar a carteira de ações trabalhistas e de denúncias feita sistematicamente contra práticas que negam a ideia de “corpo docente respeitável”.

modernidade, o setor do ensino superior privado é portador de uma ideologia refratária à modernização das relações de trabalho, como podem testemunhar as crônicas das negociações que se “desenvolvem” a cada data-base na configuração das convenções coletivas. Em suma: o capital simbólico que o segmento usa como arma para construir-se no imaginário social - e subtrair recursos financeiros do Estado e da reserva de mercado que se construiu como consequência do retraimento da universidade pública - não encontra correspondência nas difíceis e erráticas condições de trabalho dos professores. Diga-se, aliás, que se trata de uma contradição que vai se transformando em doutrina que se espalha pelo país inteiro a partir do seu centro mais dinâmico que é São Paulo - como é possível perceber pelo papel que o sindicato das mantenedoras - SEMESP - tem no cenário nacional, quase que um “partido” do empresariado da universidade privada. Como concluem ainda Veiga dos Santos e Guimarães-Insif:

A concepção de universidade dos grandes grupos educacionais é focada na gestão por resultados, que atua em consonância com as normas políticas capitalistas neoliberais, que visam à intensificação do trabalho frente à racionalização dos custos. Nessa perspectiva, alunos são vistos como clientes e os professores como meros operários. A qualidade da educação tem sido analisada em suas dimensões quantitativas, baseadas nos princípios de eficácia e eficiência difundidos por organismos como o Banco Mundial e pelos modelos de avaliações externos.

Com o domínio do setor, as redes de ensino, que estão em um processo crescente de fusões e aquisições institucionais, adquiriram uma posição altamente privilegiada e impõem um ritmo de intensificação do trabalho docente. Nesse cenário, os docentes se veem obrigados a conviver diariamente com a insegurança em relação à demissão, a possível substituição por outro docente a qualquer momento e a lidar com jornadas de trabalho ampliadas diante da quantidade de alunos em sala de aula. É imperativo que essa categoria, juntamente com o sindicato e associações, se una para pleitear do governo uma legislação que ampare e proteja seus direitos. Além dessa questão, o Estado precisa se posicionar e adotar uma política educacional que supervisione a inserção massiva do capital estrangeiro no setor. A educação, uma das principais estratégias para o desenvolvimento do país, não pode ficar ser controlada pelos investidores internacionais¹⁵.

A comprovação estatística dessa realidade foi tornada pública recentemente em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 28 de julho deste ano: segundo a matéria intitulada *Receita de universidade privada cresce; peso*

¹⁵ Vale a pena observar que uma parte importante do processo de aquisições se dá pela compra de instituições isoladas cuja natureza administrativa não exige volume de investimentos que as obriguem a cumprir compromissos propriamente universitários, o que maximiza os ganhos das *holdings* que se formam no setor.

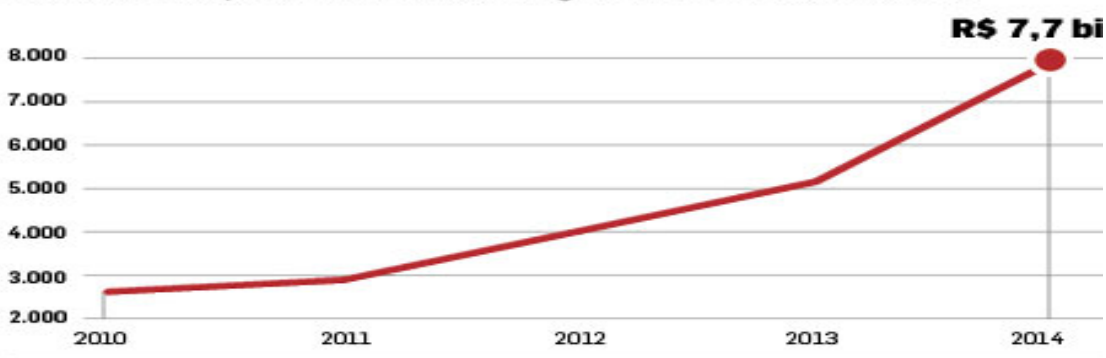
do gasto com professor diminui, em pleno apogeu financeiro dessas empresas - “impulsionadas por fusões, altas das mensalidades e pela expansão do Fies, grupos reduzem a proporção das verbas dos docentes” - o que ocorreu foi um achatamento salarial dos professores e uma precarização geral das suas condições de trabalho, como mostra o gráfico seguinte:

COMPARAÇÃO

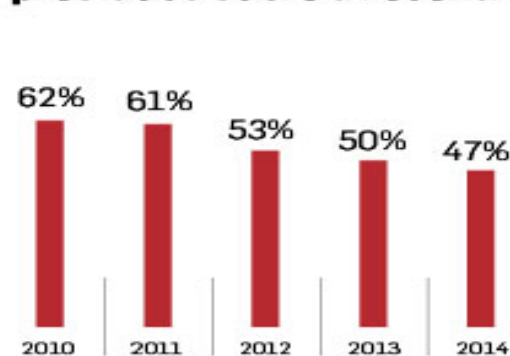
● **Receita das empresas educacionais de capital aberto dispararam, mas gastos com remuneração de professores têm caído**

Receita

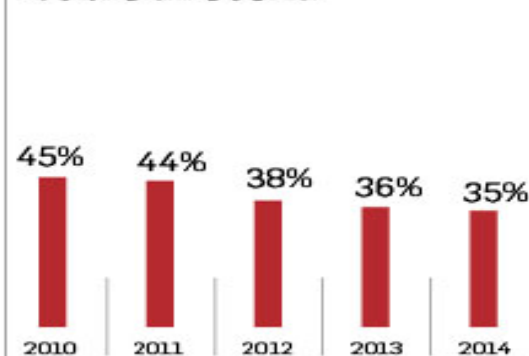
Média das empresas Kroton-Anhanguera, Anima, Estácio e Ser



Custo dos serviços prestados sobre a receita



Custo com professores sobre a receita



(Disponível em <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,receita-de-universidade-privada-cresce-peso-do-gasto-com-professor-diminui,1733054>)¹⁶ .

¹⁶ A matéria do *Estadão* foi o resultado de uma forte campanha da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp), para desqualificar o argumento patronal de que as dificuldades financeiras das empresas decorriam das mudanças ocorridas no sistema de distribuição dos recursos do Fies - um dos maiores escândalos que envolve somas superiores às denunciadas como práticas corruptoras das empreiteiras. Com base em fonte do movimento sindical, portanto, o jornal expos publicamente número alarmantes sobre o assunto. De qualquer forma, veio do próprio blogue do Prof. Roberto Lobo, conhecido por sua posição abertamente defensora da privatização do ensino, a confirmação do desequilíbrio entre lucros e condições de trabalho: “as empresas de educação com fins lucrativos aumentaram as receitas em 200% entre 2010 e 2014, enquanto (...) as quatro maiores dentre elas reuziram os gastos com professores de 45 para 35% e os custos operacionais de 62% para 47%, segundo Oscar Malvessi da FGV (disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/blogs/roberto-lobo/reducao-dos-custos-de-instituicoes-de-ensino-sao-em-muitos-casos-justificaveis/>)

Pular o muro

O desafio das entidades sindicais que atuam no movimento dos professores e dos auxiliares do ensino superior privado é o de construir práticas político-reivindicatórias que superem a desorganização e a dispersão que a concentração econômica e a expansão territorial dos grandes grupos do setor criam para a nossa categoria. Numa linguagem mais simples: é preciso equilibrar o jogo saltando por cima da barreira que as grandes empresas de educação superior construíram e que acabaram por se estender para o conjunto do setor. Segundo entendemos, *pular o muro* com as bandeiras das nossas reivindicações unificadas nacionalmente, essa é a principal tarefa dos sindicatos e das demais entidades sindicais reunidas na CONTEE.

Esse é o desafio estratégico que entendemos deva ser articulado ao redor de uma agenda subdividida em operações que subsidiem uma pauta nacional do movimento a partir dos seguintes elementos:

1. ***Mapeamento da realidade econômica, perfil administrativo e presença geográfica dos grupos instalados no setor do ensino superior em todas as suas dimensões.***

* Análise da especificidade do segmento da escola privada diante das variáveis que afetam o desempenho de outros setores da economia (por exemplo, crise cambial, concorrência de produtos estrangeiros), antecipação de receitas; peculiaridades fiscais. Posições dos grandes grupos no Legislativo, sua representação e a identificação dos *lobbies* que atuam em seu favor.

2. ***Mapeamento da legislação educacional*** que regula as atividades das empresas de ensino superior privado com o indicativo dos pontos nevrálgicos de suas práticas que dizem respeito diretamente às

condições de trabalho do professor - tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos à distância;

* a começar pelo estatuto da autonomia universitária (artigo 207 da CF)¹⁷ - que se transformou nas mãos dos empresários num conjunto de privilégios que nada têm a ver com o conceito de emancipação acadêmica mas com prerrogativas que transformam as empresas de educação em espaços de privilégios irregulares, passando pelas mudanças ilegais de planos de carreira que violam o princípio da valorização do professor e pelas burlas dos sistemas de avaliação federais¹⁸, os professores devem construir um conjunto de denúncias que desestabilize a força com que os *lobbies* das escolas particulares atua junto aos organismos federais de regulação e controle. Os empresários não podem continuar falando sozinhos na esfera do Estado, tanto no poder executivo quanto no legislativo.

* esse mapeamento inclui a identificação e a denúncia de anomalias do ensino superior privado que inviabilizam a qualificação das práticas docentes, como é o caso do descontrole da EAD, do papel instituído para os *tutores* como auxiliares de ensino¹⁹, a burla dos sistemas de avaliação em questões essenciais de avaliação (número de alunos em sala de aula, condições laboratoriais de ensino das diversas formações graduadas, inexistência de compromissos das empresas com a qualificação pós-graduada dos professores - com as consequências negativas que isso tem para o o sistema nacional de pós-graduação);

¹⁷ A autonomia prevista no texto constitucional aparece vinculada à natureza da universidade: ensino, pesquisa e extensão, não podendo gozar dessa prerrogativa aquelas que não atuarem nas 3 áreas de atividade.

¹⁸ Item V, artigo 205 da CF

¹⁹ Neste caso, com especial atenção para o PL 2435/2011, do Deputado Ricardo Izzar, que tramita na Comissão de Trabalho da Câmara (fonte: <http://joamattar.com/blog/2012/02/22/pl-24352011/>)

* inclui ainda o levantamento pormenorizado de toda a normatização das escolas de nível universitário estabelecida pelo MEC;

3. **Mapeamento das condições de trabalho:** levantamento de situações cuja ocorrência motivaram processos na Justiça e daquelas que configuram descumprimento da legislação de proteção ao trabalhador: irreduzibilidade salarial, remuneração do trabalho extraordinário, adicional de insalubridade para atividades laboratoriais, assédio moral, estruturas relacionadas com creches, refeitórios; condições de trabalho relacionadas ao uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), remuneração do trabalho extraordinário representado por seu uso em horários e em ambientes externos à escola;
4. **Mapeamento da realidade trabalhista:** análise comparativa de todas as Convenções Coletivas de Trabalho existentes no país e identificação, em cada uma delas, de direitos que a categoria considera “irrenunciáveis”.
5. Criação de uma secretaria que se responsabilize pela construção de um banco de dados com informações que possam ser sistematizadas no processo de elaboração de análises, construção de pautas e mobilização dos professores

Entendemos que a partir do diagnóstico permitido em cada um desses 5 pontos será possível organizar, já em 2016, uma nova estrutura de negociação com as empresas privadas de educação superior.

São Paulo, 10 de novembro de 2015